

**Intervenções governamentais e a emergência de novos conflitos: o desafio da reprodução socioeconômica dos (re) assentamentos rurais**

**Government interventions and the emergence of new conflicts: the challenge of socioeconomic reproduction of rural (re) settlements**

**Poliana Oliveira Cardoso**

poliana.cardoso@ufv.br

Doutora pela Universidade Federal de Viçosa, Professora Substituta da Universidade Federal do Tocantins no campus de Araguaína.

**Sheila Maria Doula**

sheila@ufv.br

Pós-doutorado no Programa Postdoctoral de Investigación en Ciencias Sociales, Niñez y Juventud da CLACSO. Professora Associada IV da Universidade Federal de Viçosa.

**José Ambrósio Ferreira Neto**

ambrosioufv@gmail.com

Pós-doutorado no LABORATE da Universidade de Santiago de Compostela. Professor Titular da Universidade Federal de Viçosa.

Recebido em : 28/08/2018  
Aprovado em: 23/10/2018

Revista do Programa de Pós-Graduação em Extensão  
Rural (UFV)

.ISSN 2359-5116 | V. 7 | N.2 | JUL.-DEZ.2018

## RESUMO

A busca de soluções para os conflitos fundiários no Brasil pode resultar no desdobramento de novos embates sociais. Este artigo tem o objetivo de analisar a emergência de novos conflitos em um contexto de intervenção governamental na implementação de barragens e deslocamento de famílias que foram reassentadas pelo programa de Reforma Agrária do governo federal. A base empírica da pesquisa foi o (re) assentamento Urucum, localizado no município de Corumbá, no estado do Mato Grosso do Sul - MS. A coleta de informações se fez por meio de entrevistas e aplicação de questionários. Os dados foram tratados com o auxílio do aplicativo *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). Os resultados mostram que fatores importantes como o modo de vida das famílias deslocadas, características produtivas e aspectos climáticos da área na qual foram instaladas não receberam a devida importância na fase de planejamento da intervenção governamental.

**Palavras-Chave:** reforma agrária; políticas públicas; conflitos socioambientais.

## ABSTRACT

The search for solutions to the land conflicts in Brazil can result in the unfolding of new social conflicts. This article aims to analyze the emergence of new conflicts in a context of governmental intervention in the implementation of dams and displacement of families who have been resettled by the federal government's Agrarian Reform program. The empirical basis of the research was the Urucum (re) settlement, located in the municipality of Corumbá, in the state of Mato Grosso do Sul-MS. Information was collected through interviews and questionnaires. The data were treated with the help of the Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). The results show that important factors such as the displaced families' livelihoods, productive characteristics and climatic aspects of the area in which they were installed were not given due importance in the planning phase of government intervention, a fact that later contributed to the problems faced by the residents and the conflicts that emerged after the creation of (re) settlement

**Keywords:** agrarian reform; public policy; socio-environmental conflicts.

## Introdução

A temática dos conflitos sociais transita em diversos campos do conhecimento científico como a Psicologia Social, a Economia, a Sociologia, a Antropologia, o Direito e a Ciência Política. Analisar contextos que envolvem relações conflituosas consiste em um trabalho intenso, uma vez que, como explica Nascimento (2006, p.94), suas formas ou naturezas assumem novas configurações influenciadas pelas mudanças e características da sociedade contemporânea.

Santos (2014, p.547) mostra sob a perspectiva simmeliana, que em essência as desarmonias são inatas das relações humanas. Isso porque Simmel (1983, p.124) entendia os conflitos como um dos mecanismos de interação social. Para o autor seria impossível admitir a existência de um grupo absolutamente “harmonioso”, uma vez que a sociedade necessita de quantidades proporcionais de harmonia e desarmonia, de associação e competição, de ações e reações. Ao contrário de uma visão ingênua ou pessimista, que veria no conflito uma ameaça à reprodução social, a ausência de oposições e de energias de repulsão não resultaria em uma vida social mais rica e plena, sendo o conflito um dos elementos construtivos da sociedade. Também sob o ponto de vista de Vainer (2010, p.66), a compreensão dos conflitos parte do pressuposto de que estes são processos que operam no aperfeiçoamento do sistema por meio de reformas ou revoluções.

Vargas (2007, p.197) destaca que os conflitos são dinâmicos, pois algumas vezes eles se ampliam, incorporando novos assuntos e atores, podendo inclusive se intensificar. Tal dinamismo nos permite aferir que os conflitos podem ainda se transformar positivamente, à medida que melhoram as condições contextuais, conta-se com boa mediação ou surjam novos e diferentes atores. Os conflitos socioambientais, foco deste artigo, são ocasionados pela escassez dos recursos naturais ou por atividades socioeconômicas que causam danos ao ambiente e que resultam, na maior parte dos casos, em desequilíbrios de ordem social, econômica e ambiental (Brito et al., 2011, p.54). Nas áreas rurais, como no caso aqui analisado, os conflitos de natureza ambiental estão relacionados à apropriação de recursos naturais ou à preservação de culturas. Além disso, destaca-se também que os conflitos podem ser entendidos como forma de exposição de problemas e chance de melhorar as diferentes configurações de utilização do meio ambiente (PIMENTEL, 2012, p.26).

Para Little (2001, p.107), os conflitos socioambientais são compreendidos como disputas entre grupos sociais que possuem relações distintas com o meio natural. O autor apresenta três dimensões básicas ao entendimento desse tipo de conflito: o mundo biofísico e os ciclos naturais; o mundo humano e suas estruturas sociais; e o relacionamento dinâmico entre esses dois mundos. Na perspectiva do autor, os conflitos socioambientais ocorrem tanto no plano material quanto no simbólico, estando os dois planos entrelaçados. Esse tipo de conflito ocorre também pela disputa por controle dos recursos naturais e pelos impactos socioambientais decorrentes de determinados usos. Podem surgir ainda pela apropriação dos conhecimentos ambientais. Em alguns casos, ocorrem entre grupos que compartilham o mesmo sistema produtivo; no entanto, para Little (2001, p.111), os embates mais acirrados ocorrem onde há choque entre diferentes sistemas produtivos.

Acsehrad (2004, p.15) complementa ao explicitar que, na realidade social, o ambiente possui sujeitos diferenciados, significados culturais diversos e formas de apropriação material e simbólica também diferentes, e, quando uma desigualdade ambiental se sobrepõe à desigualdade social, os conflitos se multiplicam. Assim, para o autor, os conflitos socioambientais eclodem no momento em que a legitimidade de determinadas formas de apropriação do espaço é questionada por gerar efeitos indesejados sobre outras práticas espaciais, ou seja, quando um ou mais grupos sociais sofrem ameaças ligadas à continuidade de suas formas de apropriação, uso ou significação do território por impactos causados pela apropriação ou prática de outros grupos. Little (2001, p.116) explica que na investigação das possíveis formas de resolução de conflitos socioambientais é importante considerar as mudanças políticas, sociais e culturais durante o processo, além de se estabelecer também uma reflexão acerca do contexto geográfico e dos recursos em disputa.

Seguindo a mesma argumentação, Lopes (2004, p.207) entende o conflito socioambiental como catalisador de mudanças sociais à medida que sua potencialidade reside não na erradicação das partes conflitantes por ato violento, mas no processo de gestão de diferentes percepções, interesses e formas de agir coletivos. Uma das contribuições do autor foi propor o termo “ambientação” dos conflitos sociais para chamar atenção ao fato de que por classificações mais genéricas como conflito étnico ou conflito agrário, por exemplo, poderíamos correr o risco de não dimensionar, na história

brasileira, disputas violentas por recursos como água, floresta, minérios e, principalmente, terra. Para Daou (2010, p.283), esse processo de ambientação é importante porque tem efeitos no modo como os agentes sociais se mobilizam na luta por direitos e reivindicações e como alteram as formas de intervenção e disputas pelos usos sociais dos recursos naturais.

No Brasil a estrutura fundiária é uma das mais conflituosas heranças; para Andrade (1980, p.60), consiste em um país no qual o latifúndio domina em meio as terras apropriadas e onde o pequeno agricultor sem terras vem sendo, desde a época colonial, utilizado na linha de frente da transformação da terra útil em mercadoria e depois é expulso em benefício do grande proprietário e do cultivo de monoculturas. Em vista disso, diversos projetos governamentais de colonização foram criados como forma de responder aos conflitos pela terra que eclodiram notadamente a partir de 1950 como apontam Doula e Muniz (2006, p.7).

Segundo Andrade (1980, p.70), a reforma agrária, durante algum tempo, foi um termo empregado apenas por revolucionários que defendiam a transformação imediata do sistema de posse e uso da terra. Era referenciada como uma redistribuição das terras, pela divisão das grandes propriedades em lotes familiares de tamanho médio ou pequeno. Implicava também em uma filosofia de que a terra, após a reforma, deve ser cultivada pela família proprietária. Como explica o autor, posteriormente compreendeu-se que a reforma agrária não traria os resultados esperados se não fosse acompanhada de assistência agrônômica, creditícia e de organização da produção.

Apesar disso, destaca que a maioria dos países conservadores passou a programar a reforma agrária em uma linha que estava mais preocupada em conservar as estruturas do que modificá-las. O autor apresenta a partir disso uma diferenciação entre o que ele denomina de reforma agrária e reestruturação agrária. A primeira seria caracterizada por medidas que decorrem de uma revolução, em que a classe dominante é apeada do poder sendo substituída pelas classes dominadas, e a partir de então créditos, investimentos, novas experiências de desenvolvimento comunitário e cooperativismo colaboram para a efetivação do processo. Em contraposição, a reestruturação agrária ocorre pela própria classe dominante quando constata a inadequação entre os sistemas agrícolas e os processos de modernização, e resolvem investir na agricultura operando transformações de pequeno porte para que a modernização ocorra e não represente um entrave ao desenvolvimento econômico.

No contexto mais recente, Medeiros (1998) e Leite (1999) complementam ao salientarem que a reforma agrária brasileira foi reduzida à criação pontual de assentamentos rurais, especialmente para suavizar os conflitos e pressões sociais. No entanto, logo após a criação dos primeiros projetos de assentamentos, começaram a surgir críticas sobre as condições de precariedade da maior parte desses projetos, relacionadas à falta de infraestrutura e de apoio técnico para as atividades produtivas, aos efeitos causados ao ambiente, à desconsideração das especificidades de cada território, aos resultados dos deslocamentos populacionais, dentre outros problemas. Andrade (1980, p.66) chama atenção para o fato de que diferentes grupos sociais formam o meio rural, o que implica também em relações diferentes que surgem entre proprietários e não-proprietários. Para o autor, só a partir do conhecimento desta diversidade de grupos e relações nas áreas rurais é que seria possível realizar uma reforma agrária real, que melhore as condições de vida do trabalhador e das famílias rurais elevando ao mesmo tempo a produção agrícola.

No Brasil, ainda de acordo com o autor, o sistema de uso e posse da terra foi sempre um motivo de lutas e tensões no meio rural. A formação de classes profundamente antagonizadas em decorrência da concentração fundiária provocou, durante séculos, conflitos entre o senhor e o escravo, o proprietário e o trabalhador que levaram a lutas nas áreas rurais com origem em movimentos populares como a Cabanagem, a Balaiada, Revolta dos Negros, dentre outros.

Outro aspecto também conflituoso no Brasil, diretamente relacionado ao presente artigo, é que a partir dos anos de 1950 iniciaram-se os embates envolvendo os grandes empreendimentos hidrelétricos no país, questionando ao mesmo tempo a matriz energética adotada pelo projeto desenvolvimentista e o processo de reassentamento das populações atingidas pela construção de barragens. Zhouri e Oliveira (2007, p.131) observam que, operando dentro da visão dominante de “desenvolvimento” como crescimento econômico, a atuação das empresas do setor elétrico durante os processos de licenciamento se pautou pelo silenciamento e falta de previsão sobre as externalidades sociais negativas dos deslocamentos populacionais forçados.

Reis (2012, p. 104) mostra que são diversos os desdobramentos e efeitos das instalações das Usinas Hidrelétricas, havendo a necessidade de uma reordenação territorial local e regional que envolve mudanças espaciais para a instalação e

funcionamento do empreendimento. A autora considera que diferentes agentes são envolvidos nesse processo, dentre os quais se destacam instituições financeiras nacionais e internacionais; consórcios públicos e privados (responsáveis pelo projeto, execução e funcionamento das obras); as instituições estatais (responsáveis pelas dimensões ambientais e regulatórias); as empresas de consultoria socioambiental; técnicos e trabalhadores, além das populações locais (rurais e urbanas, incluindo por vezes populações indígenas e quilombolas) e os movimentos sociais contrários a esses projetos.

Reis (2012, p. 104) destaca que, no caso das populações rurais, que são usualmente vítimas desses processos, a expulsão, o deslocamento e o reassentamento populacional implicam na perda do acesso a áreas de produção e captação de recursos naturais, postos de trabalho, rompimento com o tecido social comunitário, além da transformação dos espaços simbolicamente mapeados, como as escolas, igrejas, cemitérios, dentre outros (REIS, 2012, p.104). Nessa mesma perspectiva, Sigaud (1988, p.85) ressalta os efeitos traumáticos envolvidos nesse processo de realocação compulsória e assinala a redução da capacidade de inovações culturais como uma das dimensões da reação da população a um tipo de desenvolvimento econômico imposto de “cima”.

No caso dos empreendimentos hidrelétricos, como destaca Vainer (2003, p. 4), a mudança social que ocorre é resultante da decisão e da ação de atores políticos, econômicos e institucionais externos à área de implementação e a própria noção de impacto acaba se tornando limitada quando se considera a complexidade dos processos sociais e históricos que resultam daquela ação.

Outro ponto conflituoso refere-se ao modo como são realizados os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA), ressaltando-se que esses estudos têm sido elaborados com conteúdo inconsistente ao tratar de aspectos como o número de pessoas a ser deslocado, a existência de população indígena, tipos de atividades que eram desenvolvidas nos locais alagados, a impossibilidade de continuar determinadas práticas produtivas, a exemplo da pesca, e a dificuldade de acesso a serviços básicos (REIS, 2012, p. 106).

A respeito desses estudos (EIA e RIMA), Vainer (2003, p.13) enfatiza os Planos Diretores de Meio Ambiente I e II da Eletrobrás que, há muito tempo, oferecem parâmetros cuja aplicação poderia ter evitado muitos dos conflitos que se arrastam até hoje, elevando os custos sociais, políticos, institucionais e financeiros. Para o autor,

parte da responsabilidade cabe às empresas de consultoria que são responsáveis pela elaboração dos Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental, assim como cabe às agências ambientais licenciadoras a fiscalização de projetos cujos impactos não foram devidamente identificados e equacionados.

Em termos institucionais, segundo Reis (2012, p. 102), durante o período da Ditadura Militar no Brasil foram instaladas grandes hidrelétricas, como a de Sobradinho, e iniciada a construção das hidrelétricas de Itaparica, Itaipu, Tucuruí e Balbina, além de terem sido projetadas outras hidrelétricas nas bacias hidrográficas dos estados de São Paulo, Paraná e na Amazônia. Segundo Daou (2010, p. 285), foi a partir dos primeiros estudos sobre a barragem de Sobradinho (no submédio São Francisco no estado da Bahia) e a barragem de Machadinho (no rio Pelotas afluente do rio Uruguai no estado do Rio Grande do Sul) que começaram a ser mostrados os distintos contextos empíricos e os efeitos resultantes desse tipo de intervenção, alertando que as diferentes externalidades negativas causadas não se restringem ao que é previsto pelos documentos produzidos pelas empresas e agências do Estado.

Na década de 1980, a disseminação dos confrontos sociais, juntamente com a emergência de uma pauta ambiental internacional, fez com que os conflitos socioambientais fossem incorporados na agenda de pesquisa acadêmica e mais tarde normatizados na legislação brasileira. Destaca-se também a resistência crescente das populações afetadas pela construção desse tipo de empreendimento e por diversos tipos de intervenções de ocupação do espaço, além da pressão exercida pelo Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB e da sociedade civil.

No entanto, como mostra Reis (2012, p. 102), sobretudo na década de 1990, várias transformações promoveram a reestruturação do setor elétrico brasileiro, diminuindo a possibilidade de gestão e controle estatal. Na visão da autora, essas mudanças interromperam alguns ganhos conquistados através de demandas, conflitos e lutas sociais.

Pimentel (2012, p. 27), ao se referir aos conflitos socioambientais gerados pela construção de grandes empreendimentos no Brasil, explica que três atores sociais principais estão envolvidos: os que provocam o dano, os que recebem o dano e as agências reguladoras. No âmbito da ação política, partindo de uma perspectiva que se aproxima da corrente que considera os conflitos essenciais ao aperfeiçoamento do



sistema, a autora salienta que a resolução dos conflitos de natureza socioambiental se concentra na implementação de políticas públicas e de diferentes estratégias, nas quais os conflitos ambientais são tomados como base para a construção de políticas ambientais. Assim, Pimentel (2012) argumenta que os desafios na criação de políticas públicas estão no limite entre a apropriação individual dos recursos ambientais e a tentativa de levar em consideração a boa qualidade de vida das gerações atuais, preservando o compromisso com as gerações futuras. Ressalta também que o papel do governo na resolução dos conflitos socioambientais seria identificar medidas que minimizam os problemas ambientais expostos pelos conflitos. No entanto, o Estado tem atuado de forma muito direcionada à promoção de um modelo de desenvolvimento ainda focado na perspectiva econômica e industrial, ficando em segundo plano as dimensões de ordem ambiental, simbólica e cultural.

Tendo em vista a conjuntura de intervenção governamental e o cenário que envolve os diferentes interesses relacionados aos pequenos produtores rurais deslocados compulsoriamente em decorrência dos grandes empreendimentos de infraestrutura no Brasil e a criação dos assentamentos rurais, o objetivo do presente artigo é analisar as diferentes dimensões dos conflitos existentes no (re) assentamento Urucum, localizado em Corumbá, no estado do Mato Grosso do Sul, região Centro-Oeste do Brasil.

A tentativa de compreensão desses conflitos auxilia a reflexão a respeito do planejamento, desenvolvimento, implementação e resultados das políticas públicas de gestão territorial, bem como a necessidade de interação dos atores sociais neste tipo de gestão. No caso em estudo, dimensões como reordenamento territorial, migrações e o vazio institucional que se seguem à fase de criação do (re) assentamento são ingredientes históricos destacados, entendendo que tais elementos nos ajudaram a interpretar o campo generalizado de litígios ao longo da existência do (re) assentamento, envolvendo os vizinhos da área, instituições locais e os próprios moradores, que têm como objeto de disputa a água.

## **Materiais e Métodos**

O desenvolvimento da pesquisa que deu origem ao presente artigo ocorreu em duas fases. Na primeira foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental com o propósito de conhecer o histórico da região e das famílias deslocadas para o projeto de (re) assentamento Urucum. A pesquisa bibliográfica é uma modalidade de estudo e

análise de documentos que possuem natureza científica e remetem a contribuições de diferentes pesquisadores que estudam o tema, contemplando fontes secundárias como: livros, periódicos e artigos científicos (OLIVEIRA, 2007). Nesta fase, as fontes bibliográficas foram direcionadas ao aprofundamento do escopo conceitual a respeito dos conflitos, vindos da Antropologia e da Sociologia, representados aqui por autores como: Lygia Sigaud, Ana Maria Daou, Georg Simmel, Paul Litte, Henri Ascelrard, Carlos Vainer, Robert Chambers, Michael Cernia, Sérgio Leite, Leonilde Medeiros, entre outros.

A estratégia metodológica da pesquisa documental, como mostram Sá-Silva et al. (2009), é muito utilizada nas pesquisas das Ciências Humanas e Sociais, pois utiliza métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos. Vale destacar que um documento importante identificado nessa fase foi o Levantamento Socioeconômico organizado por Muniz et al. em 2003, no qual os autores elaboraram um diagnóstico sobre as famílias residentes no Urucum e, já naquela época, observaram muitos conflitos, que permanecem ainda hoje, envolvendo diferentes atores sociais, econômicos e institucionais.

A segunda fase foi a pesquisa de campo e consistiu em um censo com todas as famílias (re) assentadas por meio da aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas, visando o delineamento do perfil socioeconômico (idade, escolaridade, formação de renda, saúde, composição familiar), trajetórias de vidas, atividades produtivas e perspectivas futuras dos moradores. Foram identificados, também nessa fase da pesquisa, informantes-chave para realização de entrevistas semiestruturadas, com vistas a subsidiar a compreensão dos conflitos e da realidade vivida pelas famílias residentes no (re) assentamento. Para a análise dos dados colhidos em campo utilizou-se a estatística descritiva, incorporando ao trabalho análises de média e frequência dos dados por meio da utilização do aplicativo *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS).

### *Caracterização da área de Estudo*

A origem do (re) assentamento Urucum, como expressam Muniz et al. (2003), começa no Sul do Brasil, em Ilha Grande, divisa entre os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul. Ilha Grande, com 120 Km de comprimento, integra o Arquipélago

Fluvial das Sete Quedas, reconhecido como Parque Nacional. Atualmente a Ilha Grande faz parte, juntamente com outras 300 ilhas, do Parque Nacional de Ilha Grande, criado em 1997.

Na década de 1960, famílias de pequenos agricultores e desempregados vindos de diferentes áreas rurais e urbanas do Brasil começaram a ocupar as terras de Ilha Grande (MUNIZ ET AL., 2003, p.20). Tommasino (1985, p.70) caracteriza Ilha Grande, naquele momento, como a última fronteira agrícola no norte do estado do Paraná, que atraía aqueles produtores rurais que não foram absorvidos como mão-de-obra durante a modernização do setor agropecuário e encontravam também dificuldades no setor urbano indicando, como explicam Muniz et al. (2003, p.22), uma série de trajetórias conflituosas e desfavoráveis

Tommasino (1985, p.75) descreve a ocupação de Ilha Grande a partir de 1957, com a chegada da primeira família, como um processo que se estendeu até 1971. A autora relata que as famílias vinham de diferentes estados brasileiros, como Minas Gerais, Bahia, São Paulo, Pernambuco e Paraná, caracterizando a primeira grande mobilização geográfica pelo qual elas passaram. A maior parte das famílias havia trabalhado no campo, experimentando vários tipos de relação com a produção: proprietários, arrendatários, parceiros, trabalhadores volantes e colonos. As demais famílias vindas do meio urbano tiveram experiências de trabalho diversificadas, como motorista de caminhão, empregados em serralherias, comércio ou autônomos.

Os primeiros moradores de Ilha Grande tomaram posse da terra e, posteriormente, procuraram o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, autarquia federal responsável pela reforma agrária e realização do ordenamento fundiário no Brasil. Por meio do Incra, os moradores obtiveram registro e começaram a pagar impostos, fato que legitimava o direito de posse na área. Assim se formou a população de ilhéus de Ilha Grande (TOMMASINO; 1985). Estima-se que cerca de 235 famílias passaram a sobreviver de culturas agrícolas como arroz, feijão, milho, verduras, mandioca, cana-de-açúcar, frutas e criação de galinhas e porcos, além do trabalho com a pesca que contribuiu para a formação identitária de ilhéus.

A permanência dos moradores em Ilha Grande seria definitiva se a partir de 1976 não tivessem começado as enchentes, em decorrência da Barragem de Ilha Grande, que teve como principal função represar terra e areia para evitar o assoreamento

do grande lago da usina de Itaipu. A hidrelétrica de Itaipu<sup>1</sup> é parte dos grandes projetos de investimentos e infraestrutura construídos durante o governo militar brasileiro. Para Soriano (2012, p.52), constituía-se em uma estratégia do governo para fundamentar o modelo de desenvolvimento e dar maior dinamicidade ao mercado interno do país.

As perdas totais ou parciais das lavouras para os moradores de Ilha Grande em decorrência das enchentes marcaram a vida destas famílias. Violante (2007, p.3) observa que esse processo fez com que os moradores que pescavam, plantavam e criavam animais nas ilhas ficassem praticamente sem os meios de subsistência.

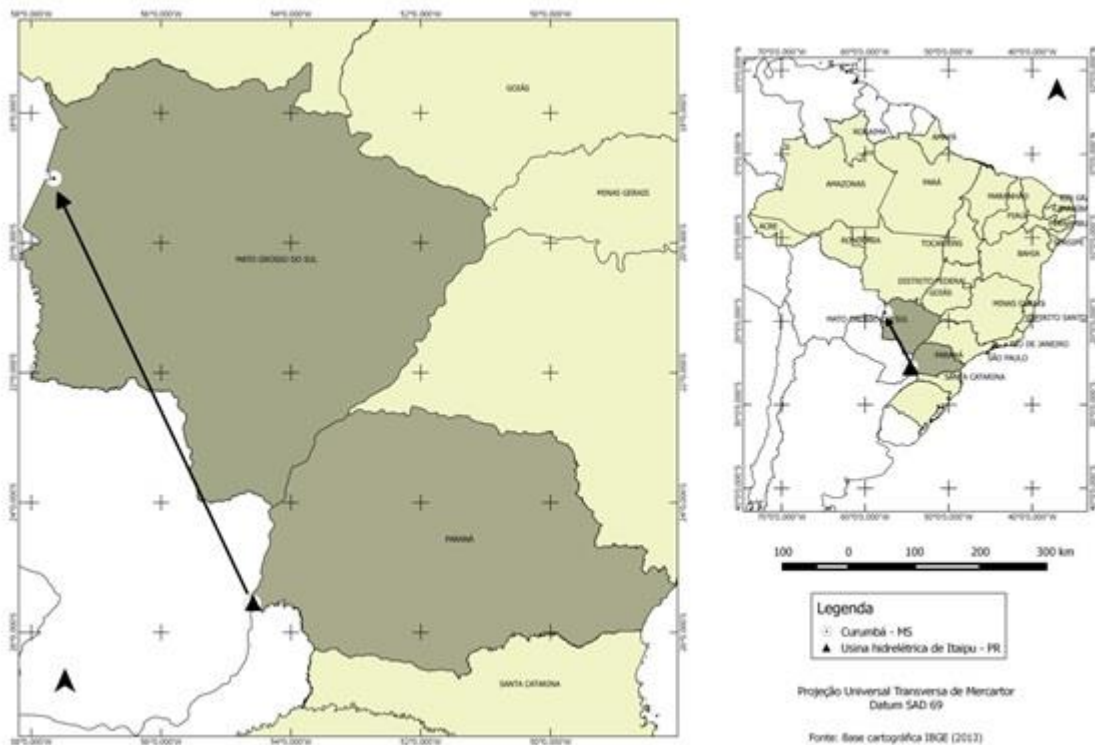
Até 1983, as enchentes provocaram o deslocamento de muitos moradores. Várias famílias não esperaram as negociações com a Comissão Inter estadual dos Futuros Expropriados das Barragens de Ilha Grande Baixa e Porto Primavera, responsável pelo processo de condução das negociações e do reassentamento das famílias. Algumas delas aceitaram a indenização em dinheiro, outras entraram em acordo com o Incra, que definiu a troca de “terra por terra” como mais aceitável pelos atingidos.

As famílias foram reassentadas em diferentes municípios dos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, e é nesse contexto de deslocamento compulsório, em função da construção da barragem de Itaipu Binacional, que 61 famílias fizeram parte de um processo de reassentamento, no município de Corumbá, caracterizando o segundo grande deslocamento geográfico vivenciado por elas. O estado do Mato Grosso do Sul, como mostra a Figura 1, apesar de ser vizinho ao estado do Paraná, possui ecossistema e características edafoclimáticas diferentes.

---

<sup>1</sup>Itaipu é uma empresa geradora de energia elétrica binacional, metade brasileira e metade paraguaia.

**Figura 1.** Deslocamento dos moradores de Ilha Grande, no estado do Paraná, em direção a Corumbá, no estado do Mato Grosso do Sul



**Fonte:** elaborado para este artigo.

Em 1986, as 61 famílias vindas de Ilha Grande foram reassentadas juntamente com outras 26 que já viviam na região, como beneficiárias do processo de Reforma Agrária, totalizando 87 famílias no (re) assentamento Urucum. Como esse processo articulou diferentes contextos de origem das famílias, algumas deslocadas compulsoriamente do Paraná e outras incluídas no Programa de Reforma Agrária, neste artigo optamos por designar a área de (re) assentamento Urucum, uma vez que não se trata de um projeto de assentamento de reforma agrária convencional.

O (re) assentamento Urucum foi emancipado<sup>2</sup> pelo Incra em 2000, mas várias pendências contribuem para a perpetuação de conflitos que acabam por estimular a evasão por parte das famílias e descontentamento com a qualidade de vida no projeto. Os resultados da pesquisa que deu origem ao presente artigo mostraram que a população residente no (re) assentamento era de 256 pessoas, distribuídas entre os lotes e a agrovila. Na agrovila está localizada a infraestrutura de uso comunitário, como posto de

<sup>2</sup>De acordo com o Incra, um assentamento é emancipado após ter sido beneficiário de diversas políticas públicas de apoio, estando consolidado e apto a integrar-se à vida do município no qual está implantado.

saúde e escola, utilizada pelos moradores que residem tanto na agrovila quanto nos lotes, bem como pelos vizinhos do (re) assentamento.

### **Análise e discussão dos dados**

O (re) assentamento Urucum articulou diferentes contextos de luta pela terra, configurando uma situação diferenciada em relação aos demais projetos de assentamento convencionalmente criados pelo Incra no país. No caso do (re) assentamento Urucum, a busca de solução para o antigo embate relacionado à terra na região e o deslocamento compulsório em decorrência da construção da barragem de Ilha Grande, colocou diferentes modos de vida e culturas em contato, fato que pode ter favorecido a emergência dos primeiros conflitos.

A primeira dimensão causadora de conflitos está relacionada ao histórico de chegada das famílias ao Urucum e à relação com as instituições que fizeram parte do processo de instalação destas na área. Para os reassentados vindos do Paraná, a chegada ao novo ambiente representou um choque, já que como mostraram Muniz et al. (2003, p.24), as negociações com o Incra incluíam a troca de “terra por terra”, em iguais condições de produtividade. Durante as entrevistas realizadas pelos autores com os moradores da área, os residentes mais antigos que vieram de Ilha Grande lembraram o sentimento de estranhamento com a terra e o clima do novo local, que possuíam características totalmente diferentes daquelas às quais estavam habituados, obrigando a maior parte da população a desenvolver as atividades produtivas, em especial a agricultura, em um processo que Muniz et al. (2003, p.42) denominaram “tentativa e erro”. Além disso, se depararam também com a ausência de infraestrutura, dificultando ainda mais o processo de adaptação.

Essa situação vivenciada pelas famílias recém-chegadas no (re) assentamento gerou um clima de conflitos com os órgãos do governo, mais especificamente com o Incra, que passou a ser visto pelos moradores com desconfiança, em virtude de não ter cumprido com várias cláusulas das negociações quando as famílias ainda estavam no Paraná. Além do mais, os contatos anteriores dos moradores com outras instituições, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e a Comissão Pastoral da Terra, também não trouxeram os resultados esperados, colaborando para o sentimento de abandono com relação a estas organizações.

A desconfiança gerada nesses momentos iniciais tem seus reflexos ainda hoje, posto que, para grande parte dos entrevistados, as instituições públicas locais são vistas como atores sociais com os quais não se pode contar. De acordo com a Tabela 1, quando indagados sobre quais instituições procuram para solução dos problemas dentro do (re) assentamento, metade dos moradores declarou “não procurar ninguém”, o que mostra a dificuldade de interação entre o (re) assentamento e a esfera pública. Quando questionados a respeito de quais instituições estão mais presentes no Urucum na busca de soluções para os problemas, 47% dos moradores afirmam que “nenhuma” instituição se faz presente, querendo enfatizar o vazio institucional. A empresa mineradora que desenvolve atividades no município de Corumbá é destacada como a instituição mais presente e, muitas vezes, recebe demandas dos moradores por serviços e infraestrutura que são da responsabilidade do poder público.

**Tabela 1.** Instituições mais procuradas e atuantes no (re) assentamento Urucum, Corumbá - MS, 2012.

<b>Instituições Procuradas Pelos Moradores</b>	<b>Porcentagem</b>
Não procura ninguém	50%
Empresa Mineradora	20,40%
Prefeitura Municipal de Corumbá	18,70%
Não declarou	5,50%
Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Urucum	5,40%
<b>Instituições mais Presentes na Busca de Soluções</b>	<b>Porcentagem</b>
Nenhuma	47%
Empresa Mineradora	15%
Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Urucum	10%
Não declarou	9%
Universidades e Instituições de Pesquisa	6%
Prefeitura Municipal de Corumbá	4%
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	4%
Órgãos Públicos Estaduais	4%
Incra	1%

**Fonte:** Dados da pesquisa (2012).

Apesar de ser citada como a instituição mais presente na busca de soluções, a mineradora construiu uma história de relações conflituosas com os moradores do Urucum. O município de Corumbá possui grande potencial mineral, atraindo empresas nacionais e transnacionais para a região. Dentre as empresas mineradoras que se instalaram no município, a empresa citada pelos entrevistados começou a exploração de minério de ferro já no final dos anos de 1970.

A opinião dos moradores a respeito dessa mineradora se divide entre aqueles que atribuem a ela a responsabilidade pela falta de água no (re) assentamento. Para alguns as

atividades da empresa são a causa do rebaixamento do lençol freático e da diminuição da vazão de água dos córregos no Urucum. Por outro lado, há aqueles que enumeram outras atividades e atores sociais como responsáveis pela situação atual de escassez hídrica, sendo as atividades mineradoras apenas um agravante.

Destaca-se que a maioria (89%) dos residentes no (re) assentamento depende exclusivamente da água que a mineradora, cumprindo uma decisão judicial, fornece, com uma vazão diária de 357,5 m<sup>3</sup>, das 9 às 17 horas. O abastecimento da água explica porque a empresa é citada entre as instituições mais atuantes no local, já que os moradores do (re) assentamento não pagam pela água recebida. O (re) assentamento não conta com outras fontes de água, como as nascentes e córregos que existiam na área na época de sua criação, uma vez que essas fontes secaram. São poucas as famílias, apenas 7%, que possuem em sua propriedade poços artesianos; os demais moradores manifestam o desejo de construir poços em suas propriedades, no entanto não possuem recursos financeiros para a perfuração.

A relação entre a mineradora e os vizinhos do (re) assentamento Urucum é marcada por hostilidade, principalmente por parte daqueles que atribuem às atividades da empresa a maior responsabilidade pela falta de água na área. Essa escassez gera impactos negativos à produção agrícola dos moradores. Em compensação, a mineradora tem prestado apoio aos mesmos, sendo responsável por melhorias na área da educação, saúde e infraestrutura, preenchendo algumas das lacunas deixadas pela inércia das esferas governamentais.

Outro ponto conflituoso no (re) assentamento são as atividades produtivas. Após mais de trinta anos de sua criação, a produção agrícola é marcada pela perpetuação de condições deficitárias agravadas pela falta de água, aspectos estes que já eram evidenciados há mais de dez anos no diagnóstico elaborado por Muniz et al. (2003). Atualmente, dadas as limitações de infraestrutura e de escassez de recursos para o desenvolvimento da agricultura, a horticultura de pequena escala é a atividade agrícola que traz algum retorno financeiro para as famílias e, ao mesmo tempo, é também outro fator que ocasiona conflitos internos entre os moradores.

A horticultura, além do consumo doméstico, contribui também na composição da renda dos (re) assentados. As hortaliças mais cultivadas são alface, couve, salsa, cebolinha e coentro, além da produção de alguns legumes. Dos agricultores que



desenvolvem esse tipo de atividade produtiva, metade afirma que dedica mais de 80% da produção à venda.

Quando questionados a respeito dos investimentos destinados à agricultura, notou-se que a maior parte é aplicada na produção de hortaliças. Os resultados da pesquisa apontam que 15,8% desses agricultores empregam sistema de irrigação na produção. É justamente a utilização desse sistema que gera conflito interno entre os (re) assentados, em virtude do consumo desigual de água, uma vez que os demais residentes que não desenvolvem a horticultura se sentem lesados. Assim, alguns moradores responsabilizam essa irrigação pelo esgotamento da água fornecida pela mineradora; por outro lado, os produtores de hortaliças explicam que não utilizam o sistema de irrigação todos os dias, além de afirmarem fazer uso moderado da água, dada a condição de escassez do recurso hídrico.

Frente aos conflitos socioambientais verificados na área, interessa examinar as formas de sociabilidade, representação política e participação entre os moradores do Urucum, já que a organização coletiva e o diálogo poderiam ser caminhos para a resolução não apenas desse embate, mas também de muitos problemas enfrentados no cotidiano dessas famílias. Os dados apontam que 37,8% dos moradores do (re) assentamento afirmaram participar da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Urucum. Essa associação foi criada em 1987, e de acordo com as entrevistas realizadas, não apresenta uma trajetória histórica de grande envolvimento por parte dos moradores, e sua existência é justificada por imposições formais e legais.

Um dos residentes, que já foi presidente da Associação e que na época da pesquisa não fazia mais parte do seu quadro social, explicou que desde quando assumiu a presidência, a Associação já passava por um desgaste político, em virtude de experiências e parcerias mal sucedidas com algumas instituições locais. Na opinião do entrevistado, as ações já eram desacreditadas pelos moradores do Urucum e, após uma série de divergências com o poder público local e empresas que atuam na região, a participação dos moradores diminuiu ainda mais.

Outro entrevistado, que ocupava a presidência da Associação na época da pesquisa, explicou que a falta de envolvimento dos moradores se deve também à grande rotatividade de associados, uma vez que muitos venderam seus lotes para a mineradora e foram embora. Quando questionados a respeito da participação em associações, 62,2% dos entrevistados pontuam como principais causas para falta de interesse o fato de

muitos nunca terem recebido “convite” para participar, a falta de tempo e ainda as “complicações” que, de acordo com os moradores, envolvem a participação.

Machado (1987, p.113) enfatiza que, no contexto de intervenção estatal no Brasil, muitas associações surgem como obrigação legal. Do ponto de vista dos interesses do Estado, pode-se dizer que a formalização das associações como entidades jurídicas se deve tanto à necessidade de ter um instrumento legal para o repasse de recursos, como à necessidade de construir um canal de intermediação permanente e eficaz como instrumento de controle, garantindo os objetivos da própria intervenção. Por outro lado, para os pequenos produtores, a existência de uma associação pode se converter no principal instrumento para alcançar benefícios que de outra forma não seriam obtidos, tornando-se apenas um meio momentâneo e pontual para garantir equipamentos comunitários, serviços e infraestrutura produtiva que lhes permitam sobreviver como grupo social.

O autor formula um aspecto fundamental da dificuldade que certos grupos sociais têm em compreender a associação para além do alcance instrumental de benefícios, ou seja, como um espaço e oportunidade de interação, argumentação, deliberação e atuação política. No caso do (re) assentamento Urucum, verifica-se que a Associação representou para os moradores apenas um meio pontual de acessar os serviços e infraestrutura oferecidos pelo governo e, mesmo assim, com resultados considerados por eles como decepcionantes.

Para Machado (1987, p.118), não é o indicador numérico do quadro de associados que determina a força ou a fraqueza de uma associação, sua representatividade ou capacidade de negociar recursos. Esses aspectos só podem ser compreendidos analisando-se a qualidade e a forma da participação dos associados que, por sua vez, podem ser determinadas pelo grau de comparecimento em reuniões e assembleias, pela regularidade com que estas ocorrerem, pelo poder de decisão dos associados, pelo grau de legitimidade das lideranças e pela coesão interna de seus membros. Essas características descrevem as atribuições que um associado ativo possui e que, em determinados contextos, são chamadas de “custos” da participação ou, como assinalado pelos moradores do Urucum, as “complicações” da participação.

As experiências negativas experimentadas pelas famílias (re) assentadas do Urucum em relação às instituições locais e à Associação dos Pequenos Produtores

Rurais compõem um quadro de resultados que, como mostra a literatura sobre o tema, é comumente encontrado neste tipo de intervenção governamental no Brasil. Várias são as hipóteses que levam a esse cenário de decepção e desgaste, no entanto, algumas considerações relacionadas ao planejamento e à implementação deste tipo de projeto de assentamento e (re) assentamento de pessoas devem ser feitas.

Cernea (1995, p.38) destaca que, a partir da década de 1970, tendo em vista que muitos programas de desenvolvimento mal concebidos não apresentavam os resultados esperados, começaram a ser consideradas modificações no planejamento das intervenções relacionadas à necessidade de colocar os atores sociais envolvidos e os beneficiários como elementos centrais dos projetos. A ideia era desenvolver uma metodologia que pudesse se aprimorar a partir dos fracassos anteriores e, ao mesmo tempo, considerar a existência de variáveis culturais, históricas e de organização do público alvo nas intervenções. Chambers (2010, p.9) complementa o argumento ao expor que algumas ações não têm sido suficientes porque é necessário examinar as dimensões envolvidas para além do universo de pesquisas normalmente definidas pela agenda dos países desenvolvidos.

No caso do (re) assentamento Urucum, algumas variáveis históricas e culturais foram negligenciadas, a exemplo das relações que as 61 famílias vindas de Ilha Grande, no Paraná, possuíam com o território, com as atividades produtivas da agricultura e da pesca, e o significado dessas atividades na configuração cultural e identitária dessas famílias, forjado em um ambiente de abundância hídrica. A escolha de um território no Mato Grosso do Sul, com características edafoclimáticas muito diferentes das do local de origem das famílias foi um fator que influenciou o surgimento de problemas de adaptação e conflitos após a criação do (re) assentamento em Corumbá.

Tendo em vista o histórico das famílias que residem no (re) assentamento Urucum, nota-se que poucos projetos de desenvolvimento têm se mostrado eficazes em colocar as pessoas como prioridade e não apenas como objeto de discurso das Políticas Públicas. Na prática, esse tipo de ação, principalmente quando envolve deslocamentos espaciais de população, deveria explicitar alternativas de reorganização social possíveis, principalmente ao se considerar as atividades econômicas que, além de garantirem as necessidades financeiras dos beneficiários, refletem também parte da estrutura de relações sociais do grupo (CERNEA, 1995). Por isso é operacionalmente relevante definir na fase de planejamento e implantação dos projetos a capacidade da população envolvida em utilizar os diversos recursos disponíveis. Essa análise social implica em

estudos prévios particularizados, dado que cada grupo envolvido e cada projeto de intervenção possui suas especificidades, o que demanda mais recursos financeiros (CERNEA, 1995). No entanto, o custo de não se realizá-la é muito maior. No caso específico do (re) assentamento Urucum, a consequência de todo esse processo histórico e dos conflitos resultantes é a venda de cerca de 36% dos lotes para a mineradora, que os utiliza como reservas ambientais, ou para grandes fazendeiros criadores de gado de corte da região.

Outra fragilidade que a análise do contexto do (re) assentamento Urucum permite explicitar é que, normalmente, os órgãos de assistência técnica e acompanhamento e os próprios municípios em que são implementados os assentamentos e reassentamentos rurais no Brasil não estão preparados para enfrentar as demandas criadas com o aumento expressivo de habitantes em vários aspectos do reordenamento territorial. Essa fragilidade é destacada principalmente ao se observar os impactos negativos da chegada das famílias para o Urucum e para outros assentamentos rurais que estavam sendo criados em Corumbá no mesmo período (DOULA; MUNIZ, 2006), que igualmente se depararam com as “ausências”, principalmente de infraestrutura. No Urucum, como visto anteriormente, a mineradora tem assumido o papel de outras instituições, prestando assistência em áreas como a educação, saúde e em alguns problemas pontuais de infraestrutura. Esse vácuo institucional pode explicar a falta de articulação dos beneficiários do Urucum, pois dificultou historicamente a interação com as instituições locais e, conseqüentemente, enfraqueceu a disposição política do grupo de negociar e exercer pressão diante do poder público.

Albuquerque (2004, p.17) chama atenção para a importância da interação com as instituições para qualquer iniciativa de desenvolvimento econômico local. O autor explica que, além da participação ativa dos atores sociais locais, se requer também uma atitude proativa por parte dos governos locais em relação ao desenvolvimento produtivo e à geração de emprego e renda. Isso supõe que as instituições públicas e privadas devem assumir papéis de governança, que vão além das funções tradicionais de gestão pública local, no sentido de construir uma identidade local compartilhada. Essa visão implica em não conferir apenas ao Estado a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso na implementação dos projetos de intervenção governamental, mas, como esclarece Mayntz (2001, p.1), a respeito da governança, é imprescindível uma articulação eficaz

entre sociedade e Estado que viabilize a capacidade de organização e articulação por parte dos grupos envolvidos, para que eles possam assumir o papel de protagonistas nas decisões em que seus interesses e vidas estão em jogo.

### **Considerações Finais**

A trajetória histórica das famílias que residem no (re) assentamento Urucum mostra os muitos equívocos de planejamento e implementação de políticas públicas que se reproduziram nas intervenções governamentais envolvendo o deslocamento e o assentamento humano no Brasil. Apesar da vasta literatura existente sobre o tema, e mesmo após o estudo de Muniz et al. (2003) que já apontava as fragilidades e dimensões culturais, ambientais e sociopolíticas causadoras de conflitos dentro do (re) assentamento, pouco foi feito na busca pela gestão e resolução desses conflitos, que foram agravados com o problema ambiental de falta de água na área. Por isso, os embates enfrentados pelas famílias residentes no (re) assentamento são exemplares das fragilidades na formulação, planejamento, implementação e acompanhamento das intervenções governamentais no Brasil em sua historicidade, desdobramentos e configurações atuais. Após mais de trinta anos da criação do (re) assentamento, os diversos atores envolvidos, notadamente os reassentados, ainda discutem a respeito da viabilidade econômica desse empreendimento e de sua sustentabilidade social e ambiental.

A realidade vivida pelas famílias do Urucum é marcada também por dificuldades de caráter organizacional, com fraca articulação entre os moradores e a dificuldade de interação com as instituições locais e com o poder público, fatores que, em conjunto, tornam a resolução dos conflitos mais complexa. O resultado desse contexto é a venda e o abandono das propriedades, com a consequente evasão da área por parte dos moradores mais velhos que são, principalmente, os depositários da memória de toda trajetória histórica do grupo. Este fato vulnerabiliza os moradores que continuam na área e favorece a mineradora e os grandes proprietários que atuam na região, que adquirem as terras daqueles que não conseguem se manter nas mesmas.

Nota-se ainda hoje a ausência do poder público, uma vez que a responsabilidade do problema com a água não deve ser vista como sendo apenas das empresas mineradoras atuantes na região. Afinal, a água que falta para as atividades produtivas das famílias, notadamente as agrícolas, é a mesma que impede a participação dessas famílias no desenvolvimento econômico e na melhoria do bem estar geral da população do município.

Por fim, o estudo sobre a trajetória histórica dessas famílias mostra para o que os formuladores de políticas públicas e os agentes responsáveis pela fiscalização desse tipo de intervenção devem estar atentos, pois os projetos de intervenção e ordenamento territorial não são meras abstrações; ao contrário, produzem impactos, nem sempre previstos ou desejáveis, na dimensão cultural, geográfica, econômica e ambiental de cada território. É indispensável que esses fatores sejam considerados, uma vez que estão em jogo os modos de vida das populações deslocadas, sua sobrevivência e suas heranças históricas e culturais. Do mesmo modo, se por um lado o presente trabalho evidencia as contradições do modelo de desenvolvimento ainda vigente, no qual as pessoas são secundárias em relação à dinâmica da produção e do consumo, por outro, também ressalta a fragilidade das ações do Estado, seja na mitigação das externalidades negativas decorrentes de seus empreendimentos, seja da falta de planejamento e coerência de suas ações de garantia de acesso à terra. Ou seja, as famílias residentes no (re) assentamento Urucum sofrem as dificuldades vividas por outras milhares de famílias tanto nos reassentamentos decorrentes do deslocamento involuntário, quanto nos assentamentos rurais de reforma agrária.

### **Referências bibliográficas**

ANDRADE, M.C. *Latifúndio e reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Duas cidades, 1980.

ASCELRAD, H. *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Henrich Böll, 2004.

ALBURQUERQUE, F. Desarrollo económico local y descentralización en América Latina. *Revista de la Cepal*, 82: 157- 171, 2004.

BRITO, D. M. C.; BASTOS, C. M. C. B; FARIAS, R. T. S; BRITO, D. C; DIAS, G. A. C. Conflitos Socioambientais no século XXI. *Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, n. 4, 51-58, 2011.

CERNEA, M. *Primero la gente: variables sociológicas en el desarrollo rural*. Fondo de Cultura Económica/ Economía Contemporánea de España, 1995.

CHAMBERS, R. *Ideas for development*. London: Earthscan, 2010.

DAUOU, A. M. Notas comprometidas sobre a discussão dos efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos, antropologia e a atualidade da temática. *Revista de Antropologia Social dos alunos do PPGAS – UFSCar*. Volume 2, número 2, julho/dezembro 2010, 282-298.

DOULA, S. M; MUNIZ, J. N. Assentamento do Urucum (MS): a gota d'água de um conflito ambiental. In: FERREIRA NETO, J.A; DOULA, S. M. (Orgs.). *Assentamentos rurais e meio ambientes no Brasil: atores sociais, processos produtivos e legislação*. Viçosa: UFV, DER, 2006, 109-133.

LEITE, S. Políticas públicas e agricultura no Brasil: comentário sobre o cenário recente. In: LESBAUPIN, Ivo. (Org.). *O desmonte da nação (balanço do governo FHC)*. Petrópolis: Vozes, 1999.

LITTLE, P. Os Conflitos Socioambientais: um campo de estudo e de ação política. BURSZTYN, Marcel. (org.). In: *A difícil sustentabilidade: Política Energética e Conflitos Ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, 107-122.

LOPES, J. S. L. L. et al. *A ambientalização dos conflitos sociais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

MAYNTZ, R. El estado y la sociedad civil em la gobernanza. *Revista del CLAD Reforma y Democracia*, Caracas, no. 21, 2001.

MACHADO, E. P. *Poder e participação no campo*. São Paulo: Cerifa; Salvador (BA), 1987.

MEDEIROS, L. S; SOUSA, I. C; ALENTEJANO, P. R. R. O promissor Brasil dos assentamentos rurais. *Revista Proposta*, n. 77, jul- ago, 54-63, 1998.

MUNIZ, J. N; DOULA, S. M; NEVES, A. C. *Levantamento Socioeconômico com ênfase sobre os recursos hídricos assentamento Urucum, Corumbá- MS*. Contrato Fundação Arthur Bernardes/ Urucum Mineração S.A, 2003.

NASCIMENTO, E. P. Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual. In: BURSZTYN, Marcel. *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Editora Garamond, 2006, 85-106.

OLIVEIRA, M. M. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis, Vozes, 2007.

PIMENTEL, T. T. C. *O enfrentamento político dos conflitos socioambientais decorrentes da implementação de Usinas Hidrelétricas*. Dissertação (Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Planejamento e gestão ambiental). Brasília Universidade Católica de Brasília, 2012.

REIS, M. J. Projetos de grande escala e campos sociais de conflito: considerações sobre as implicações socioambientais e políticas da instalação de hidrelétricas. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERtheses*, Florianópolis, Vol. 9, Nº 1, jan/jun 2012.

SÁ SILVA, J. R; ALMEIDA, C. D; GUINDANI, J. F. Pesquisas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*. Ano I, Número I, julho/ 2009.

SANTOS, L. B. O conflito social como ferramenta teórica para interpretação histórica e sociológica, *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências. Humanas*, Belém, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2014.

SIMMEL, G; MORAES, F. Evaristo (Orgs.). *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

SIGAUD, L. *Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos*, Comunicação nº 9 – Museu Nacional, 1986.

SORIANO, E. *Confiança, incertezas e discursos sobre os riscos de colapso de barragem na UHE Itaipu Binacional: o processo de vulnerabilização dos moradores da jusante*. Tese (Programa de Pós-graduação em Ciências da Engenharia Ambiental). São Carlos Universidade de São Paulo, 2012.

TOMMASINO, K. *Fugindo do sistema: começo e fim da utopia dos ilhéus do Rio Paraná*, 1985. 216f. (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1985.

VAINER, A. G. *Território, Meio Ambiente e Conflitos: estudo de caso do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

VAINER, C. *O conceito de atingido uma revisão do debate e diretrizes*. Rio de Janeiro: IPPUR/ UFRJ, Julho/ 2003.

VARGAS, G. M. Conflitos sociais e sócio-ambientais: Proposta de um marco teórico e metodológico. *Sociedade e Natureza*, Uberlândia, 19 (2): 191- 203, 2007.

VIOLANTE, A. C. Percepções anarquistas e socioambientais de alguns Ilhéus do Rio Paraná. *Encontro nacional de engenharia de produção*, 27, Foz do Iguaçu. Anais, Foz do Iguaçu, 2007.

ZHOURI, A; OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, Conflitos sociais e Violência no Brasil Rural: o caso das Usinas Hidrelétricas. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. X, n. 2, p.119-135, 2007.